

DOS EXPERTS À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: INTERVENÇÃO URBANA DE QUALIFICAÇÃO PATRI- MONIAL E EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA

EBER PIRES MARZULO

Professor Associado do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

LUISA DURÁN ROCCA

Professora do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

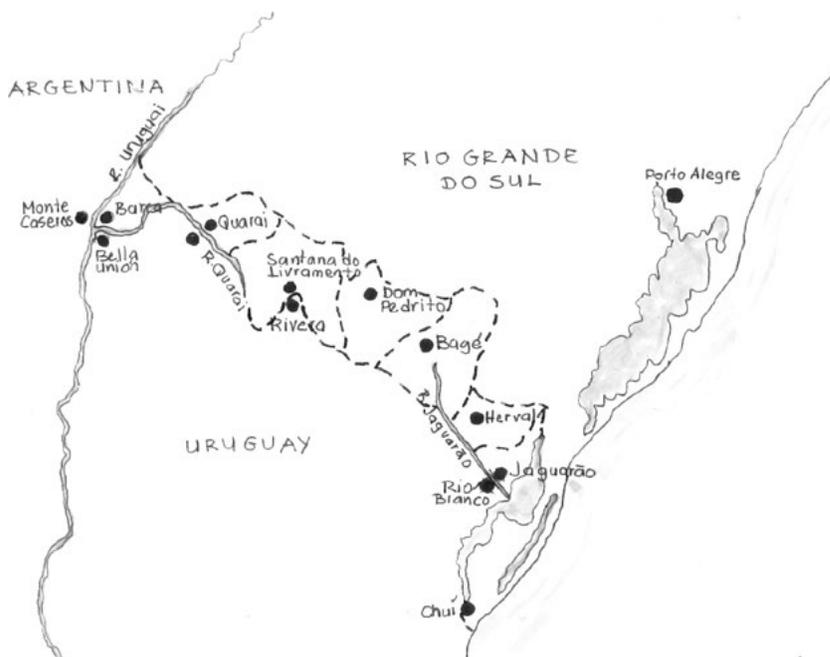
INTRODUÇÃO: O CONTEXTO DO TRABALHO EXECUTADO EM JAGUARÃO¹

A experiência de pesquisa aplicada que se relata a seguir teve como objetivo a definição de diretrizes para a requalificação da Praça Alcides Marques e do Largo das Bandeiras no centro histórico de Jaguarão, espaços públicos contíguos que constituem a origem do traçado urbano e que tem mantido sua condição inicial de referencial urbano. Trata-se de um trabalho no qual foi estabelecido um intervalo acadêmico para a análise e reflexão prévio ao projeto de intervenção, incluindo uma função de articulação e mediação entre a comunidade, o governo local e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O método do trabalho apresenta duas características fundamentais: a primeira, sua abordagem interdisciplinar e a segunda, a participação direta da comunidade organizada na toma de decisões sobre a futura intervenção que se pretende executar.

A cidade de Jaguarão teve sua origem num acampamento militar espanhol de finais do século XVIII, que foi tomado pelas tropas portuguesas em 1805. É a sede do município localizado ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, na região do pampa, sobre o rio desse mesmo nome, o qual define a fronteira com o Uruguai. Distante aproximadamente 500 km por via terrestre de Porto Alegre, situada na metade do trajeto entre a capital do Estado sulino e a capital uruguaia de Montevideu. Na outra margem do rio, localiza-se a cidade uruguaia de Río Blanco, unida a Jaguarão por uma imponente ponte construída na década de 1930. Além de seus valores artísticos, a ponte tem o mérito de ser a primeira obra em concreto armado na região. Como outros aglomerados urbanos da fronteira entre Uruguai e Brasil, o par Río Blanco-Jaguarão formam uma das cidades gêmeas interdependentes e complementares sociocultural e economicamente. (ver Figura 1)

(1) Os autores expressam seu agradecimento às arquitetas Izabele Colusso e Geisa Rorato, participantes da equipe de trabalho e co-autoras do relatório final.

Figura 1. Situação do município de Jaguarão, fronteira sul do Rio Grande do Sul.



Fonte: Croquis de L. Durán, 2014.

A área total do município é de 2.054 km², sendo a área urbana de 10,34 km² (0,5% do total); em 2010 o município contava com 27.931 habitantes, dos quais 26.105 (93,5%) se situam dentro do perímetro urbano. (IBGE, 2010). A baixa densidade populacional da área rural se deve, fundamentalmente, à tradição da propriedade da terra sob a forma de grandes latifúndios destinados à pecuária extensiva.

O centro histórico de Jaguarão apresenta uma situação estratégica sobre a margem do rio e corresponde ao núcleo fundacional. Também é a área que se desenvolveu e consolidou ao longo do século XIX, pelo auge do ciclo do charque e a exportação de carne bovina. Em 2011 foi delimitado e tombado pelo IPHAN com a inscrição nos livros Histórico e das Belas Artes. Dentro da poligonal delimitada para a área protegida e com as conseqüentes restrições urbanístico-arquitetônicas, situa-se o espaço público objeto de estudo, que têm uma área de 20.400 m². (ver Figura 2)

Figura 2. Delimitação do centro histórico de Jaguarão e praça fundacional dentro da área urbana.



Fonte: Croquis de L. Durán, 2014.

A execução do trabalho enquadrou-se no PAC das Cidades Históricas (Programa de Aceleração do Crescimento) proposto pelo governo federal, como um conjunto de ações pactuadas com os governos locais e as comunidades e como uma linha de atuação específica destinada à solução de problemas que direta ou indiretamente incidem na preservação do patrimônio cultural. Os projetos delineados neste âmbito, além da preservação patrimonial, devem promover o desenvolvimento econômico e social, dentro de parâmetros de sustentabilidade e procurando aumentar a qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos.

A DINÂMICA DO TRABALHO: DAS TÉCNICAS DE PARTICIPAÇÃO AO MÉTODO DE INCORPORAÇÃO DAS DIRETRIZES PROJETOIS

O trabalho foi motivado por um problema imediato: a constatação de um processo de deterioração do espaço público sobre o qual se posicionam os monu-

mentos e alguns dos edifícios mais relevantes da cidade, como a igreja matriz, a Prefeitura, as sedes dos clubes sociais e as casas das famílias tradicionais. Essa deterioração deve, em boa parte, a ocupações irregulares com comércio informal mediante a instalação permanente e improvisada de *trailers* ou veículos adaptados para a venda de comidas, presença de vários tipos de vendedores ambulantes e a falta de ordem e manutenção dos elementos do espaço público, especialmente veículos publicitários, mobiliário urbano e vegetação. O comércio informal que se menciona, apesar de estar em certa forma legitimado por alguns grupos sociais, não gera recursos para a administração local e é considerado pelo IPHAN e o Ministério Público Federal como um precedente negativo de apropriação do público e um meio de poluição física e visual. (ver Figuras 3 e 4)

Figura 3. Ocupação irregular com *trailers*



Fonte: Equipe CEGOV, 2014.

Figura 4. Degradação do espaço público com veículos publicitários.



Fonte: Equipe CEGOV, 2014.

A partir deste fato, a administração local e o IPHAN contataram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), para formar uma equipe interdisciplinar que, durante o segundo semestre de 2014, elaborou um conjunto de diretrizes de atuação no espaço físico e realizou a mediação com os diferentes atores sociais e agentes institucionais envolvidos.

Sob a coordenação do Prof. Dr. Eber Pires Marzulo, foram convocados sete doutores professores-pesquisadores, quatro mestres estudantes de doutorado, quatro estudantes de mestrado e dez de nível de graduação para formar a equipe que teve um total de 26 acadêmicos, além do apoio de estudantes vinculados ao CEGOV. Cada professor-doutor teve sob sua responsabilidade uma equipe que desenvolveu a pesquisa específica de sua área: Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio; Geografia; Arqueologia; História; Paisagismo; Design e mobiliário urbano; Economia da Cultura e Participação Social.

A etapa inicial consistiu na coleta e atualização de dados, execução de levantamentos e trabalho de campo de cada um dos grupos. Em paralelo, estabeleceu-se uma dinâmica interdisciplinar a partir de reuniões físicas e *online* para compartilhar informações e receber contribuições de todos os participantes, do que resultou uma série de

40 planos de levantamentos e a sistematização dos registros iconográficos e fotográficos. Foram detectados assuntos relacionados a conhecimentos gerados pela interseção entre disciplinas e por processos transdisciplinares, sendo estes os que extrapolavam os âmbitos acadêmicos específicos, como as manifestações e saberes populares e as informações derivadas dos processos de participação da comunidade, recolhidas em entrevistas e audiências públicas.

A seguir, foi elaborado o diagnóstico mediante a análise por variáveis, entendidas estas como elementos físicos e/ou atividades, cujas transformações ou não, incidem (positiva ou negativamente) na configuração do lugar. Cada equipe analisou as variáveis relacionadas com sua área de conhecimento, assinalando um tratamento a cada uma delas: as que se devem conservar e revisar para seu bom desempenho; as que se devem modificar na sua localização e/ou em sua configuração; as que se devem remover; e as que se devem acrescentar. A equipe de Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio, além das tarefas específicas de sua área, teve a responsabilidade de sintetizar, traduzir e espacializar as ações e demandas identificadas pelas outras equipes. Para tal, foram definidas três alternativas, mediante a combinação das variáveis mais relevantes.

Estas alternativas foram apresentadas, em primeira instância, à superintendência regional do IPHAN e, dias depois, à comunidade durante uma audiência pública. Importante comentar que o local (Biblioteca Pública do Município), data (11/11/2014) e hora (das 19:00 as 22:00h) da reunião foram definidos em função de garantir a maior participação dos grupos e indivíduos interessados, conforme orientação da Prefeitura de Jaguarão. Além disso, teve-se o cuidado de realizar uma apresentação do trabalho com linguagem singela e material gráfico de fácil compreensão para o público leigo. Também foram feitas duas mediações específicas: 1) uma visando obter informações dos atores sociais sobre interrogações que os pesquisadores gostariam de saber; 2) outra gerindo conflitos de interesses entre os distintos atores sociais e os agentes institucionais. Participaram desta atividade mais de 80 pessoas, desde o Prefeito e funcionários da administração local, representantes de organizações civis e coletivos, como paróquia, clubes, comerciantes, vizinhança e usuários do espaço da Praça e do Largo. Os participantes tinham as mais diferentes situações e posições socioeconômicas, manifestando suas observações, críticas, inquietudes e expectativas, as quais foram registradas e, na medida do possível, atendidas como demandas. As contribuições da comunidade foram sistematizadas e analisadas e em paralelo, e incidiram sobre a definição da série de “princípios norteadores” (BRASIL, 2014), estes entendidos como pilares ético-conceituais ou atitudes que deveriam condicionar a intervenção.

A última etapa, executada pelo grupo de Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio, sintetiza e compatibiliza as conclusões das etapas de levantamentos e diagnóstico com as sugestões formuladas pelas outras equipes e pela comunidade. O resultado consistiu na definição da proposta final, esboçada na forma de *diretrizes projetuais*, que devem condicionar e embasar o projeto executivo da futura intervenção.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS RELEVANTES

Em primeira instância, discutiu-se e revisou-se o destino das áreas urbanas depois de sua patrimonialização na literatura. Enquanto nos países da Europa ocidental verifica-se que a valoração e os investimentos no espaço público, embora mais democráticos, terminam por supervalorizar as propriedades privadas, em detrimento dos usos e atividades tradicionais, principalmente a moradia, em favor de uma museificação, particularmente voltada ao turismo cultural, a indústria do entretenimento, o fomento a residências intermitentes de alto padrão e a práticas de consumo de luxo, processo amplamente conhecido como gentrificação. Nos países da América Latina, constataram-se duas tendências: 1) a primeira é a já referida gentrificação, fortemente apoiada pela *mídia*, contribuindo para a elitização e a segregação espacial, principalmente nos lugares onde o patrimônio cultural está associado a valores ambientais e paisagísticos, como é o caso dos centros históricos de cidades com praia; 2) a segunda, ao contrário, consiste na estagnação e abandono dos setores patrimonializados, muitas vezes contra os usos da população local e como demonstração de poder dos institutos de patrimônio. Evidencia-se na obsolescência e na degradação das estruturas físicas e na perda de valor econômico das propriedades, seja pelas restrições normativas, via de regra em franca contradição com os planos diretores, seja pela descontextualização econômica e social desses sítios dentro de seu território.

106

Num segundo momento, analisou-se a ampliação do conceito de patrimônio, que questiona e dinamiza sua própria essência, constatada a partir dos anos 1960 do século XX, como parte da revisão crítica da modernidade (CHOAY, 2011). Cada época e cada grupo social têm sua própria ideia de patrimônio, resultado de sistemas de valores sempre mutantes e em constante reformulação.

Uma eficiente gestão do patrimônio urbano e arquitetônico, pelo valor de uso intrínseco à sua essência, compreende, além dos aspectos culturais e econômicos, a resposta acertada frente às demandas da comunidade. As ações de salvaguarda e de intervenção financiadas com recursos públicos em bens culturais deve objetivar a que estes sejam patrimônios culturais. Conforme Gutierrez (1991), a diferença é muito sutil, porque para que um bem cultural, identificado e protegido legalmente, seja patrimônio cultural, deve estar garantida sua identificação, acessibilidade e fruição por parte dos herdeiros dos grupos sociais que o produziram e que de uma ou outra forma o mantiveram até nossos dias.

Os já consagrados pela literatura especializada, planos de Urbino (1958-1964), de Carlo Bo e Gian Carlo de Carlo (1970) e de Bolonha (1964-1970), de Pier Luigi Cervellati (1970) com a participação de Leonardo Benévolo e outros foram revistos porque, ainda que distantes no tempo, não perderam sua relevância e exemplaridade, por uma série de motivos: a) demonstram a possibilidade de

incidir na qualidade de toda a estrutura urbana a partir da intervenção em um setor; b) propõem uma metodologia de diagnóstico e prescrição que vai da escala global até a escala predial; c) utilizam instrumentos baseados em levantamentos construídos simultaneamente pelos especialistas e os usuários, reconhecendo a inter-relação de conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais e populares; e o mais significativo, é que d) viabilizam a participação da comunidade organizada na tomada de decisões, na implementação e no monitoramento do plano.

A releitura das Cartas Patrimoniais centrou-se nos documentos da UNESCO e do ICOMOS sobre gestão de áreas e/ou conjuntos urbanos e permitiu destacar alguns objetivos que, de uma ou outra forma, coincidem com os princípios norteadores propostos pela equipe. Entre os documentos mais relevantes para este trabalho destacamos:

- I) A Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, proposta pela Conferência Geral da UNESCO em sua 19ª sessão, (1976), conhecida como Carta de Nairobi, denuncia os perigos da uniformização e despersonalização e da expansão urbana sob pretexto da modernização e salienta a necessidade de políticas globais, que envolvam, entre outros, os aspectos ambientais, econômicos e sociais.
- II) A Declaração de Washington do ICOMOS (1986), ou Carta internacional para salvaguarda das cidades históricas, destaca a ameaça do tipo de urbanização nascido na era industrial sob as áreas e cidades de valor histórico e a relevância de incluir a sua salvaguarda dentro de políticas coerentes de desenvolvimento econômico e social, bem como dentro do planejamento físico-territorial e nos planos urbanos em todos seus níveis.
- III) O documento Patrimônio Mundial e Desenvolvimento Sustentável (IPHAN, 2012) resultante do encontro de consultores reunidos em 2012 em Ouro Preto, afirma que as políticas de patrimônio são insuficientes se não estão articuladas às políticas de desenvolvimento urbano, de conservação ambiental e aos instrumentos de participação da sociedade civil na sua preservação. Salienta a necessidade de abordagens multidisciplinares e inteiramente participativas e de formatar metodologias e indicadores adequados.
- IV) Por último, a Declaração de Hangzhou (2013), na China, destaca o papel importantíssimo da Cultura e da participação social dentro da proposição de políticas de desenvolvimento sustentável. Dito de outro modo, este último documento afirma que, sem participação social, não há sustentabilidade.

Em síntese, os documentos citados, de uma ou outra forma, destacam a importância do patrimônio como um direito social, como um instrumento para a educação e como um bem comum. Apela pela necessária reversão das consequências da sociedade industrial, das desigualdades e desequilíbrios, sob as bases de um novo paradigma, reinterpretando o conceito de progresso e respeitando a diversidade cultural.

A FORMA URBANA COMO PATRIMÔNIO E CASOS DE REFERÊNCIA

A análise da forma urbana foi feita a partir das três tendências definidas por Capel (2002). A primeira, a-histórica baseada em aspectos estatísticos e quantitativos da Geografia. A segunda, centrada na aplicação da teoria de grafos na trama viária, considerando esta como uma rede topológica. A terceira, seguindo as aproximações qualitativas e valorizando os subsídios históricos e sociológicos, considera as formas urbanas como produtos sociais.

A primeira tendência, a caracterização do assentamento desde seus aspectos quantitativos e da Geografia Humana, foi abordada pelo grupo da Geografia. A segunda, a análise morfológico-funcional especificamente do espaço da Praça e do Largo, bem como seu entorno imediato, realizou-se a partir da elaboração de mapas axiais que permitiram entender o desempenho desse lugar dentro da malha viária como um todo. A partir da terceira tendência, estudou-se a arquitetura dos edifícios que configuram o marco do espaço público objeto de estudo, acentuando sua relação indissolúvel com a estrutura urbana.

Em termos de análise sócioespacial, houve uma imersão investigativa no *locus* e seu entorno para a identificação das práticas dos usuários. Para tal, foram seguidos dois tipos de abordagens. O primeiro, com a utilização de técnicas clássicas de investigação das ciências sociais aqui preparadas para focar as relações sócio-espaciais, fundamentou-se na aplicação de questionários aos usuários e frequentadores da Praça e do Largo e entrevistas aos membros do governo local, funcionários da administração local com incidência na área em estudo, e associações civis. O segundo tipo de abordagem, com subsídios da etnografia urbana, partiu do registro de eventos e práticas a partir da observação (BOURDIEU, 1987; BECKER, 1999). Se a primeira abordagem evidenciou as relações entre usos, atividades e distribuição dos equipamentos urbanos, permitindo a construção dos cenários; a segunda destacou a incidência nas práticas do mobiliário urbano e as atividades urbanas polêmicas, dando especial ênfase a questão da localização.

Para a definição de um repertório de soluções, foram estudadas intervenções executadas nos últimos anos em espaços públicos que, de uma ou outra forma, teriam alguma exemplaridade. As mais relevantes tomadas para a proposta foram a Alameda de Hércules, em Sevilha (Espanha), a Praça de Armas, em Quebec (Canadá), e a qualificação do espaço público de Medellín (Colômbia). No caso de Sevilha, destaca-se a recuperação da unidade do plano base do espaço público, eliminando obstáculos, desníveis e a separação entre via veicular e passeio, mediante a colocação de uma pavimentação homogênea em paralelepípedo com junta seca, a qual se adapta às curvas do terreno, permite uma manutenção simples e facilita a drenagem urbana, contribuindo substancialmente com a qualidade ambiental e a habitabilidade. No caso de Quebec, chama a atenção a forma sutil de recuperar elementos de uma memória fragmentada, a partir da implementação de elementos de *layout* contemporâneo e virtualidade. De Medellín, o mais destacável é a possibilidade de apropriação por parte da comunidade do mobiliário urbano, que convida ao descanso e à recreação, dentro de condições ótimas de conforto e segurança. Nos exemplos de Sevilha e Medellín, o tratamento da vegetação e dos pontos de água é pertinente, já que, mediante jatos pulverizados para refrescar, eliminam-se estanques que terminam sendo focos de insalubridade. (ver Figuras 5 e 6). Os três casos optam pela canalização subterrânea das redes elétricas e a implementação de luminárias, equipamentos e mobiliário de alta qualidade de design.

Figura 5. Aspectos relevantes de intervenções estudadas: Alameda de Hércules, Sevilha.



Fonte: Fotografia de L. Durán, 2008.

Figura 6. Aspectos relevantes de intervenções estudadas: Mobiliário urbano em Medellín.



Fonte: Fotografia de L. Durán.

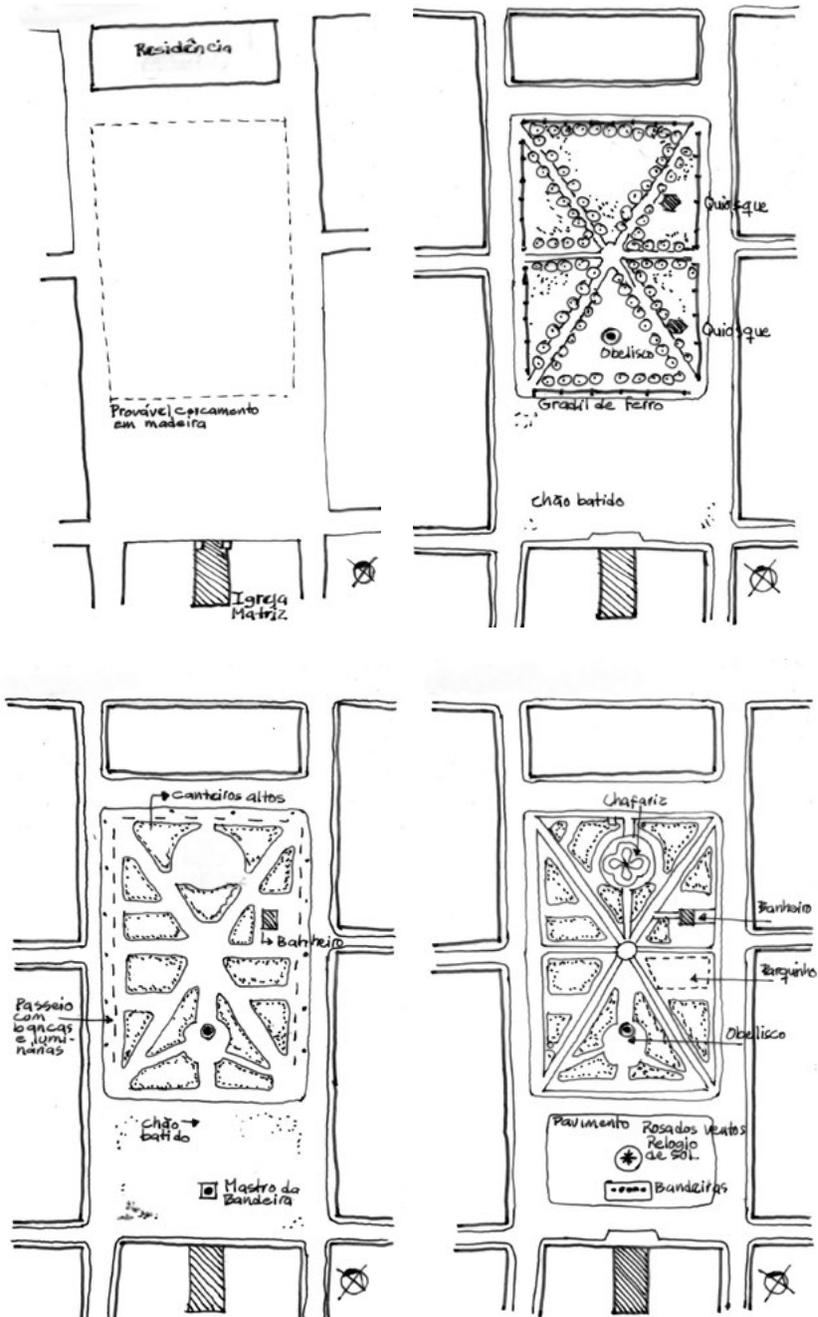
ALGUNS ASPECTOS DO ESPAÇO PÚBLICO EM ESTUDO

Em Jaguarão, o tombamento foi uma operação de consenso, na medida em que consistiu em resposta a uma demanda da comunidade atendida pelo governo federal e, conseqüentemente, tendo uma forte relação de identidade entre a sociedade e o espaço que ela produziu ao longo de sua história. Uma característica local digna de destacar é o alto grau de permeabilidade entre o público e privado, pela sucessão de vãos e pelos hábitos locais. Nos casarões com corredor interior de acesso, entre aqueles que ainda se mantém o uso residencial, durante o dia permanece aberta a primeira porta convidando os visitantes pelo menos a olhar no interior. (ver Figura 7)

Os estudos da Arqueologia e História, ao indicar os locais relevantes para a execução de prospecções, concluíram que embora exista um amplo espectro de vestígios – desde o início da era cristã e dos ancestrais dos Kaingang e Guaranis até os correspondentes ao início da ocupação ibérica, concretamente dos assentamentos militares da coroa espanhola – por tratar-se de um contexto de fronteira, emerge um enorme buraco cognitivo devido a um desconhecimento geral do legado indígena e espanhol.

Quanto à história específica da área em estudo, foi construído um relato das mudanças formais do espaço público e foi estabelecida uma periodização a partir da observação e correlação entre cartografia histórica, fotografias antigas e levantamentos *in loco*. Do período inicial, evidencia-se a importância do espaço público como um amplo vazio polifuncional do qual perdurou o dimensionamento, o formato retangular e a articulação com a orla a partir da Praça do Desembarque, que dista uma quadra. A partir da segunda metade do século XIX, e coincidindo com o período de auge econômico e social, o espaço se subdividiu em duas partes: o Largo das Bandeiras, que preserva o caráter de praça seca cívico-cerimonial, e a Praça Alcides Marques, que obteve uma configuração de jardim urbano arborizado próprio do ecletismo e de inspiração francesa, com passeios perimetrais e em diagonal e a instalação do principal monumento: o obelisco com a estatua da Liberdade, comemorativo da Lei Áurea, que terminou com a escravatura no Brasil (1888). Durante as primeiras décadas do século XX, foi instalada a iluminação e o mobiliário urbano e da década de 1940 são o edifício *art-déco* dos banheiros públicos e a fonte. Atualmente, em relação ao seu ambiente urbano, a praça mantém seu caráter centralizador como espaço social, de convívio, lazer, serviços e turismo. (ver Figura8).

Figura 8. Croquis hipotéticos sobre as modificações no espaço público. 1) Até a primeira metade do século XIX; 2) Segunda metade do século XIX a 1920; 3) 1920-1950; 4) 1950 - 2014



Fonte: Croquis de L. Durán, 2014.

As edificações do contorno do espaço público objeto do trabalho, na sua totalidade, estão habitadas com diversidade de usos em que a maioria apresenta um bom estado de conservação. O turismo fundamentado pelo interesse patrimonial, especialmente pela beleza de fachadas e portas dos casarões ecléticos, e pelo *free-shop* – comércio livre de impostos – que acontece em Rio Branco, são mesurados e não incidem negativamente no espaço físico. Pelo contrário, o turismo termina sendo um elemento de dinamização, que com uma boa gestão pode contribuir para a geração de emprego e renda. Pode-se afirmar que não se constata tendências gentrificadoras no *locus*.

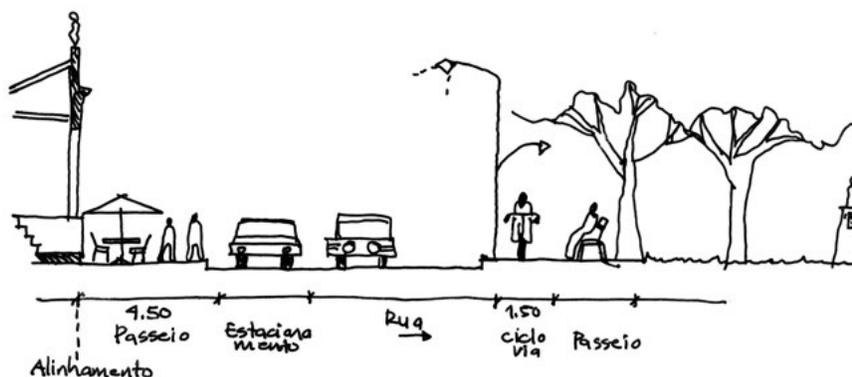
As fricções entre os diferentes âmbitos institucionais e os diversos setores da comunidade são, de certa forma, positivas, evidenciando que a cidade está viva, sendo os conflitos de interesses contornáveis, pois traduzem o empenho em preservar o patrimônio.

Figura 9. Proposta. Rua Dr. Alcides Marques com destaque para a localização do comércio.



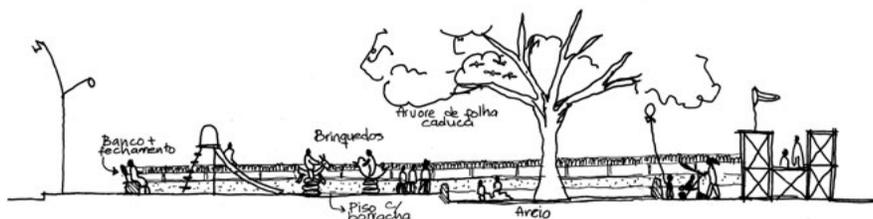
Fonte: Croquis de L. Durán, 2014.

Figura 10. Proposta. Rua Dr. Alcides Marques com destaque para a localização do comércio.



Fonte: Croquis de L. Durán, 2014.

Figura 11. Proposta. esquemática para a área de parque infantil



Fonte: Croquis de L. Durán, 2014.

OS PRINCÍPIOS NORTEADORES E NÍVEIS INSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS: ESBOÇO CONCLUSIVO

Como foi explicado anteriormente e à maneira de conclusão de todas as frentes de trabalho abordadas, os “princípios norteadores” são entendidos como pilares ético-conceituais ou atitudes que devem condicionar as diretrizes projetuais da intervenção. São estes:

- 1) Equacionar valores (históricos, artísticos, sociais e econômicos);
- 2) Preservar a centralidade, a monumentalidade e a relevância espacial, legitimada pela apropriação da comunidade;
- 3) Fazer do bem cultural um verdadeiro patrimônio cultural;
- 4) Inibir a espetacularização e a elitização do lugar;
- 5) Agregar valor ao que já possui valor, com intervenções e acréscimos contemporâneos e de alta qualidade estética e funcional;
- 6) Fazer da intervenção uma oportunidade para a geração de renda e estímulo ao turismo;
- 7) Estimular a permeabilidade entre o público e o privado, preservando os usos mistos das edificações do entorno;
- 8) Manter o compromisso com a sustentabilidade e a habitabilidade;
- 9) Apresentar e divulgar os valores culturais em formato bilíngue (português e espanhol).

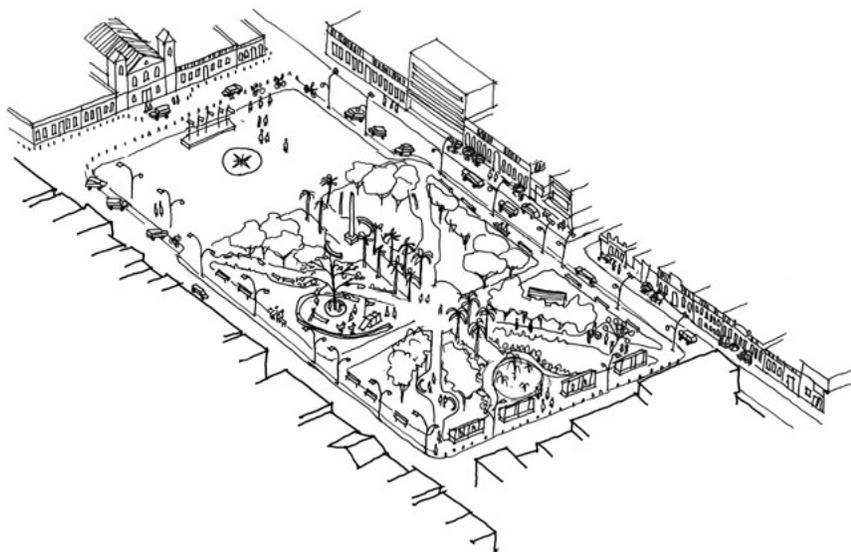
A falta de subsídios técnicos para a fundamentação de projetos é um entrave constante nas administrações públicas, ainda mais evidentes no âmbito municipal de pequenas cidades. A indisponibilidade de recursos para o financiamento dos estudos preliminares, a falta de planejamento e continuidade nos planos de governo e a baixa capacidade técnica dificultam a elaboração de termos de referência completos e detalhados para embasar os processos licitatórios. Além disso, a distancia física e as dificuldades de articulação entre os âmbitos federal e local

– ainda sem contar com as frequentes rivalidades partidárias - terminam por criar uma cultura institucional caracterizada pela improvisação, bem como permissiva ao surgimento e atuação de profissionais oportunistas que tiram partido da situação e estimulam processos de corrupção.

No caso de Jaguarão, houve uma conjuntura favorável, na medida em que, no âmbito do PAC, das cidades históricas foi o município do Estado de Rio Grande do Sul que mais se beneficiou com o financiamento e execução de projetos de intervenção no patrimônio edificado com potencial de modificar qualitativamente a cidade. Isto se deve, em parte, à capacidade de articulação política da Prefeitura e à organização de uma equipe dentro da administração com capacidade técnica para demandar os recursos e viabilizar os projetos.

A participação da equipe interdisciplinar da Universidade facilitou a articulação entre as administrações federal e local com a comunidade e suavizou as resiliências geradas pela atitude conservadora dos *experts* do IPHAN e o descaso em contornar as demandas da comunidade pelo Ministério Público. Através da formulação das diretrizes projetuais, se pode equacionar questões conflitivas na cidade, evitando possíveis críticas futuras ao serem consideradas as informações resultantes da pesquisa social em seus dois eixos: através da aplicação de técnicas de investigação das ciências sociais e pelo processo participativo. É importante ressaltar que o processo participativo apresenta potencial para desencadear processos cognitivos em relação ao reconhecimento sócio-comunitário da relevância do patrimônio.

Figura 12. Croquis geral da propostal.



Fonte: L. Durán, 2014.

Também é importante destacar a compreensão que o processo teve no âmbito interdisciplinar, com a produção de análises de diferentes tradições disciplinares articulados pela equipe de Arquitetura, Urbanismo e Patrimônio, tendo como efeito um intercâmbio de saberes. Todavia, um segundo âmbito de coordenação para fora da equipe acadêmica fomentou a troca com os distintos níveis de governo envolvidos e com a sociedade civil. Neste nível, foi estabelecido um processo transdisciplinar, em que as contribuições dos pesquisadores foram apresentadas aos atores do governo e da sociedade civil, e as considerações destes à equipe, estabelecendo-se um movimento de intercâmbio e articulação entre conhecimentos acadêmico-científico, técnico-político e saberes tradicionais e populares. A Universidade cumpriu aqui, portanto, um segundo papel além da expertise: de mediadora entre conhecimentos e saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa social**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 4ª ed.

BOURDIEU, Pierre et al. **El oficio del sociólogo**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1987. 10ª ed.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS SOBRE GOVERNO. **Diretrizes para Requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e do Largo das Bandeiras em Jaguarão, RS**. Porto Alegre: [s.n.], 2014. 3v.

CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades**. Inst. Sociedad y Cultura del Paisaje Urbano. Barcelona: Ed. del Seibal, 2002. 2 v.

CERVELLATI, Pier Luigi et al. **Bologna /Centro Storico**. Bologna: Edizioni Alfa, 1970. 2ª ed.

DE CARLO, Giancarlo. **Urbino: The History of a City and Plans for its Development**. Massachusetts: The MIT Press, 1970.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. 4ª ed.

_____. **Patrimônio em Questão** - Antologia para um Combate. São Paulo: Fino trazo, 2015.

GUTIERREZ, Ramón. Responsabilidades frente al patrimonio arquitectónico y urbano. In: **Congreso Latino-americano sobre cultura arquitetônica e urbanística**. Porto Alegre, 10 -14 de junho de 1991. Anais. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1991. p. 85-94.

IPHAN. **Cartas patrimoniais**. Isabelle Cury (org.). Brasília: Editora IPHAN, 2004.

_____. **Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável**. Luiz Philippe Torelly (org.) Brasília: Editora IPHAN, 2012.

UNESCO. **The Hangzhou Declaration Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies Adopted in Hangzhou, People's Republic of China, on 17 May 2013**. Disponível em : http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/final_hangzhou_declaration_english.pdf